

Conferência Internacional WIDE+ e EWL

**“Movimentos, fronteiras, direitos? Perspectivas feministas sobre temáticas globais na Europa”
24-25 de outubro, 2016, Bruxelas, Bélgica**

Carta Política Final da Conferência

O feminismo precisa ser político no contexto das múltiplas crises atuais. Esta é a mensagem central da conferência internacional “Movimentos, Fronteiras, Direitos? Perspectivas Feministas sobre Temáticas Globais na Europa”, que ofereceu um espaço para análise crítica conjunta, respostas feministas e discussões sobre estratégias futuras vis-à-vis os desafios presentes para governança, direitos humanos e liberdade de movimento. Elementos fundamentais da situação atual na Europa são: 1) Retrocessos políticos com o crescimento do autoritarismo, populismo de direita e racismo que frequentemente se combinam com o antifeminismo, 2) crise financeira com Grexit e Brexit como pontos de referência, trazendo à tona as previsões econômicas incertas da União Europeia (UE), e 3) o movimento dos refugiados e migrantes resultando em uma crise humanitária devido a respostas políticas inadequadas. A nova polarização em várias sociedades e as novas configurações de poder regionais e globais colocam forte pressão nos espaços democráticos da sociedade civil assim como na justiça social, nos direitos dos cidadãos, nos direitos das mulheres e na vida dos refugiados e refugiadas.

Se as perspectivas feministas pretendem ser relevantes, elas precisam se repolitizar. Ativistas sobre as questões de gênero, profissionais e acadêmicas de diferentes gerações e oriundas de 31 países diferentes aprofundaram seu entendimento da situação atual num intercâmbio internacional entre companheiras do Oeste e Leste europeu e do Sul Global. Vozes de migrantes e refugiadas foram proeminentes nos debates.

Nós analisamos os caminhos em que a justiça social, a igualdade de gênero e os direitos das mulheres são afetados, sacrificados ou limitados pelas políticas de austeridade, mercantilização, financeirização de tudo. Esta análise foi realizada explorando as interconexões entre as políticas europeias e seu mercado externo, além de políticas de desenvolvimento como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e as interdependências das variadas crises, com a finalidade de chegar a uma visão mais holística e complexa de problemas compartimentados e políticas incoerentes.

A conferência destacou que em nenhum lugar as mulheres são um grupo homogêneo e que sem respeito à multiplicidade de feminismos nós não nos fortaleceremos. Devemos levar em conta as múltiplas identidades e as intersecções dos diferentes regimes de poder e opressão. Como uma base de solidariedades e alianças, a conferência discutiu e propôs as perspectivas e estratégias descritas abaixo.

Retrocesso Político

O momento de lutar contra o populismo de direita e o antifeminismo é **agora**. Precisamos urgentemente desafiar as estratégias de desinformação e os discursos de ódio. E precisamos politizar e desmoralizar sua retórica machista, racista e antidemocrática, e suas tentativas de controlar nossos direitos sexuais e reprodutivos. Não há uma receita única. Contra-estratégias devem ser contextualizadas em relação às interdependências entre as forças, tendências e imaginários nacionalistas, misóginas, identitárias e militares. Essas contra-estratégias podem ser confrontações ou diálogos, em particular com grupos situados fora dos extremos de posições polarizadas, devendo se inserir em contextos translocais e transregionais e ser proativas e não somente reativas. Precisamos aproveitar momentos-chave para intervenção e discursos públicos, identificar pontos de entrada

estratégicos para introduzir na mídia nossas próprias narrativas e histórias e criar nosso próprio público.

Tais estratégias devem contrapor ao mesmo tempo a atual redução de espaços para a sociedade civil crítica, incluindo o ativismo feminista, o enfraquecimento dos movimentos sociais que acomete desde sindicatos de trabalhadores até movimentos de mulheres, e os assustadores ataques de ativistas de direita. Nós temos que contestar as políticas de financiamento que esmagam a capacidade política, já que beneficiam grandes projetos institucionais, firmas privadas de consultoria e auditoria em detrimento de pequenas ONGs, movimentos sociais e o ativismo pelos direitos das mulheres. Analisar a destinação de financiamentos é um importante ponto de entrada para a ação feminista. A fim de proteger espaços de discordância e protesto, devemos usar como recurso a desobediência civil; e para estratégias que mobilizem de dentro para fora do movimento, precisamos reconhecer e construir nossas próprias forças e aprender, por exemplo, através da mobilização massiva de mulheres na Polônia¹

Não podemos abrir mão de colocar responsabilidade nos governos pela implementação de convenções e regulamentações com base de direitos. Estados e políticas que estimulam o neoliberalismo autoritário, impõem regimes de fronteiras, exclusão dos “de fora”, segurança e militarização têm que ser nomeadas e responsabilizadas. Nós vamos manter nossos políticos sob pressão, porque eles são responsáveis por criar conflitos e guerras através do mercado de armas e políticas de mercado e investimento das quais os refugiados fogem. Eles não aderem a uma arquitetura compreensiva de direitos humanos, igualdade de gênero e justiça social, que foi fundada pela sociedade civil, com papel fundamental de organizações de mulheres, e que está colapsando no contexto da crise.

Precisamos defender este paradigma de direitos e justiça assim como perspectivas feministas sobre conflitos e violência, que destacam as interligações entre paz, desenvolvimento, direitos humanos e igualdade de gênero em oposição a uma lógica de controle social e respostas militares.

Migração

Discursos sobre imigrantes e refugiados precisam ser embasados nos princípios dos direitos humanos, em vez de estruturados pela retórica do medo, da segurança e prevenção. No âmbito da União Europeia, as leis de asilo e imigração devem assegurar uma forma sistemática e coordenada para que as/os que buscam asilo sejam agilmente registradas(os) e reconhecidas(os) sem intimidação ou outras violações de direitos e os obstáculos burocráticos. Elas e eles precisam ser consideradas(os) detentoras(es) de direitos, ter o direito de escolher livremente seu local de residência no país receptor, assim como ter assegurados direitos ao trabalho e à busca de uma renda. Fundos devem ser investidos em programas para estrutura social básica da vida cotidiana de imigrantes e refugiadas(os), em vez de gerenciá-las(os), controlá-las(os) e mandá-las(os) de volta para seus países de origem ou para os países onde foram registradas(os) na UE em acordo com o regulamento do sistema de Dublin para migração.

Há uma intersecção alarmante das políticas de migração e cooperação para o desenvolvimento europeias: os regimes de fronteira são externalizados da Europa através da construção de campos no Norte da África ou de oferecimento de ajuda para países em situação de instabilidade, sob condição de repatriação de migrantes da Europa. A aplicação de recurso financeiro da UE, juntamente com a falta

¹ Em outubro de 2016, milhares de mulheres foram às ruas na Polônia contra o retrocesso nos direitos reprodutivos, na forma de um projeto de lei que tornaria todos os casos de aborto ilegais no país. Elas foram às ruas vestidas de preto e a imensa repercussão conseguiu frear a aprovação do projeto. Importante notar que o aborto na Polônia só é permitido em casos específicos, como em casos de estupro ou se há risco de vida para a mulher, conforme uma lei conservadora aprovada em 1993.

de solidariedade da Europa em relação às refugiadas e refugiados e com a violação de direitos humanos nos campos e nas fronteiras, criam padrões dúbios e paradoxais em relação aos direitos humanos. A cooperação para o desenvolvimento precisa ter como prioridade o combate às causas primordiais que levam à emigração, em vez de se submeter à agenda do gerenciamento da migração e de ser usada para legitimar projetos de segurança. Para combater as raízes de guerras e conflitos, reivindicamos que o mercado de armas seja banido, soluções políticas sejam promovidas, que se reconheçam os papéis das mulheres em todos os processos de paz e que a implementação da UNCRS1325 e os planos de ação nacionais sejam facilitados.

Nós clamamos pela ratificação da Convenção de Istambul pela UE e todos os Estados europeus, sem reservas, e pela implementação das provisões específicas de gênero e procedimentos de asilo que sejam sensíveis à violência contra a mulher, não importando status legal de cada uma. Códigos de conduta precisam ser formulados, para prevenir qualquer forma de violência contra mulheres refugiadas e imigrantes. A detenção assim como militarização e privatização da segurança nos campos são inaceitáveis. Do mesmo jeito, violações de direitos humanos, ganhos econômicos sobre as guerras e exploração comercial da situação vulnerável das/os imigrantes precisam ser amplamente denunciados.

Na nossa análise, uma das causas do crescimento do racismo, do pensamento conspiratório e da culpabilização seletiva a respeito da migração são a austeridade europeia, as políticas de financialização e o desligamento dos Estados europeus da promoção do bem-estar social, o que aumenta o peso sobre os indivíduos e privatiza a responsabilidade social.

Nós reivindicamos o respeito às vozes de mulheres refugiadas que não querem ser vitimizadas, olhadas com pena ou reduzidas apenas a problemas. Em vez disso, infraestrutura e espaços seguros devem ser assegurados, para que elas possam reconstruir a dignidade através da autonomia e auto-organização. Não podemos separar nossa luta contra o racismo daquela contra o sexismo, porque frequentemente raça é expressa em termos de gênero e/ou machismo (sexismo) em termos raciais. A libertação de um grupo social não pode significar a opressão a outro.

Desenvolvimento e Mercado

Levando-se em conta a Agenda 2030, o conjunto de políticas globais para o desenvolvimento, ela não coloca em questão como as políticas econômicas e de mercado produzem e reproduzem as desigualdades de renda, de riqueza e de poder, por isso precisamos fortalecer concepções feministas que vão além dos ODS(s).

Algumas participantes do Sul Global e imigrantes argumentaram que a Era da ajuda para o desenvolvimento deve acabar, porque ela está sempre baseada na mentalidade hierárquica eurocêntrica de ajuda, por fim beneficiando e reforçando o privilégio do Norte Global, as grandes empresas e o mercado internacional. Em vez de patrocinadas, elas querem ser respeitadas e tratadas como parceiras no que diz respeito ao desenvolvimento, assim como nas questões de migração.

A agenda do desenvolvimento sustentável contém objetivos que vão contra a proteção de direitos humanos e o próprio desenvolvimento sustentável. Apesar de falar sobre universalidade de medidas, ainda foca no Sul Global. Precisamos estabelecer a responsabilidade dos nossos governos e setores privados para garantir que um objetivo não será colocado como prioridade, em detrimento de outro. Nós podemos nos referenciar em lei internacionais ou padrões alternativos como os impressos no Comitê CEDAW, no Comitê da Discriminação Racial ou na Plataforma de Beijim para Ação. Alguns

quadros regionais e nacionais são mais fortes do que os ODS, contendo indicadores de participação de mulheres em negociações de paz e protegendo organizações de mulheres e defensoras de direitos humanos.

A atual política comercial da UE é um obstáculo crucial para o desenvolvimento sustentável. Ela aprofunda desigualdades, e restringe o espaço democrático e político dos Estados isolados pela falta de transparência das negociações e por mecanismos de disputas de territórios e uma agenda que vai bem além de meros assuntos comerciais, como investimento, aquisição pública, serviços, privatização e liberalização. Os acordos de livre comércio ocasionam a queda da receita dos Estados e por isso da sua capacidade de investir em infraestrutura social. Priorizando os direitos dos investidores em detrimento dos direitos dos pequenos atores econômicos e das comunidades locais, esses acordos deterioram os meios e modos de vida e as economias locais, assim como precarizam o trabalho e as condições de vida. Além disso, a política é cega para a questão de gênero e se limita a um modelo neoliberal produtivista de crescimento que recai silenciosamente sobre o trabalho não pago ou sub-remunerado do cuidado realizado majoritariamente por mulheres. Sendo assim, ela contribui para a discriminação de gênero e desvalorização do trabalho das mulheres. Também agride o desenvolvimento sustentável, já que os acordos desrespeitam os compromissos com as mudanças climáticas.

Por isso, nós cobramos uma transformação do regime comercial e de investimento atual da União Europeia: precisamos de uma alternativa. Acordos multilaterais e bilaterais deveriam incluir capítulos obrigatórios e vinculantes sobre padrões de trabalho, direitos humanos e proteção ambiental. Políticas comerciais precisam ser reformuladas para que garantam a soberania alimentar, não apenas a segurança alimentar. As políticas da UE ameaçam a pequena agricultura, principal meio de subsistência da maioria das mulheres e homens no Sul Global. As convenções do CEDAW e da OIT, incluindo a Convenção N° 189 de Trabalhadores Domésticos e a N° 156 de trabalhadores com responsabilidade familiar, deveriam compor todas as resoluções relacionadas à propostas e monitoramentos de direitos humanos. Companhias (transnacionais) deveriam ser reguladas por tratados compulsórios que as punam quando não respeitarem os direitos dos trabalhadores, comunidades e consumidores.

Nós contestamos a assinatura e implementação dos Acordos de Parceria Econômica (EPAs, sigla em inglês) porque eles ameaçam o desenvolvimento dos Estados africanos e destroem a integração regional da África, limita a implantação dos ODSs e são tão destruidores quanto o TTIP (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento), o TPPA (Acordo Transpacífico) e o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte).

Como o paradigma neoliberal de crescimento, e não normas baseadas em direitos e redistribuição, determinam também as políticas internas orçamentárias da UE, assim como as políticas tributárias e financeiras dentro dos países europeus, nós consideramos tais políticas uma problemática feminista. Considerando que as políticas de austeridade freiam o progresso em direção a reduzir a discriminação econômica de gênero e limitam os serviços básicos, os bens públicos e as provisões de bem-estar, nós clamamos por maior investimento governamental na economia do cuidado e pela UE como uma união social baseada na solidariedade e na lógica do cuidado e do compartilhamento.

Novas Solidariedades e Alianças

A fim de agir em meio à nova topografia de poder e à crescente polarização das sociedades, necessitamos reconstruir a solidariedade aos níveis translocais e transregionais, atravessando fronteiras e limites e entre gerações. Precisamos estabelecer novas bases de solidariedade fundadas na politização dos feminismos e desafiando a reestruturação neoliberal global, que não significa apenas a inserção das

mulheres e do gênero no sistema atual, mas guiando para a transformação. Nossos discursos deveriam voltar para as bases do paradigma dos direitos humanos, dos cidadãos, das mulheres, e por isso questionando o crescimento da mercantilização e financeirização. Temos que atentar para não reproduzir as relações de dominância Norte-Sul e os estereótipos do outro e de ajuda. Isto vale tanto para o nível de globalização neoliberal quanto entre feministas.

Nós precisamos fazer conexões entre assuntos, políticas, espaços e atores. Nossas estratégias e demandas devem interseccionar com diferentes e múltiplos problemas que as mulheres enfrentam, sejam mulheres no Oeste, no Leste, no Sul Global, imigrantes, não-brancas, LGBTQ, etc. Precisamos muito ouvir o que cada uma de nós fala, ao invés de escutar o que nós pensamos que estão dizendo. Solidariedade não é apenas uma mão-amiga, mas é sobre aprender e trabalhar juntas em prol de objetivos políticos comuns. Solidariedade – não caridade – é o caminho para construirmos comunidades de apoio mútuo, de resistência e ação conjunta.

Além de tudo, devemos construir alianças trans-setoriais com diferentes grupos e movimentos sociais, demandas feministas integradas na agenda enquanto tratando de estruturas de poder nesses movimentos. Como feministas precisamos ser mais proativas, estabelecer padrões feministas, desenvolver economias alternativas, que sejam participativas e inclusivas, tendo o cuidado humanitário como elemento chave, e criar uma visão de mundo que estabeleça direitos iguais.

Translation: Ana Alvarenga

Revision: Camila Nobrega